

**OS AGRICULTORES FAMILIARES NO CERRADO GOIANO: território e cultura às margens do rio São Marcos - Catalão (GO) - Brasil.**

**Mônica Simões de AGUIAR**

Arquiteta, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão  
E-mail: aguiar\_monica@yahoo.com.br

**Estevane de Paula Pontes MENDES**

Profª. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão  
E-mail: iemendes@ibest.com.br

**Resumo:** A pesquisa trata da relação estabelecida entre o produtor rural familiar, residente às margens do rio São Marcos, Catalão (GO), e seu espaço de vivência, com foco nos significados do modo de vida, nas referências identitárias e suas representações. Além da revisão da literatura sobre território, cultura, ruralidade e agricultura familiar, foram analisados os dados da “Atualização do Cadastro Socioeconômico – Perfil” do Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão, em implantação. O trabalho identificou similaridades na forma de apropriação do espaço, no modo de viver e habitar, no uso e no consumo, e na identidade que os produtores rurais familiares têm com o território que ocupam.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Território. Cultura. Ruralidade. Rio São Marcos - Catalão (GO).

## **1 Introdução**

Cada sociedade produz seu espaço e determina os ritmos de vida expressando sua função social, projetos, desejos. Pensar o território às margens do rio São Marcos, no Cerrado goiano, é pensar o viver, o morar, o produzir, o relacionar-se, o lazer, a memória .... Implica em identificar e analisar as representações espaciais do modo de vida e seus significados, considerando a relação experiência e existência. A produção do espaço, de vida e de trabalho implica também em avaliar até que ponto a questão cultural é fator determinante para a permanência do agricultor familiar no campo. Em busca dessas questões a pesquisa teve como objetivo estabelecer a relação entre os agricultores familiares do Cerrado goiano e o território, do ponto de vista da dimensão cultural do espaço.

Realizada entre outubro de 2007 e outubro de 2008, em áreas que serão necessárias ao Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão, em implantação, a pesquisa considerou como recorte as propriedades rurais com até 160ha, referência do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), ao longo de aproximadamente 70km do rio São Marcos – Catalão (GO), cujos proprietários lá residem, enfatizando a questão do vínculo com o território. Catalão localiza-se no Cerrado goiano, cujas áreas estão sendo gradativamente substituídas pela expansão da agricultura comercial de soja e milho e pelas pastagens plantadas e melhoradas para produção de leite e carne, tornando o Estado de Goiás destaque na produção destes produtos.

A primeira etapa da pesquisa teve por base a revisão da literatura a respeito da agricultura familiar, território e cultura, referenciado-se sobretudo em Lamarche (1993), Bonnemaïson (2002) e Corrêa (2003). A segunda etapa utilizou dados secundários cedidos pela Serra do Facão Energia S.A.

Este texto, dividido em três eixos, apresenta uma síntese das atividades realizadas e das informações obtidas. O primeiro trata da descrição da metodologia empregada. Um diálogo entre o teórico e o empírico é apresentado nos segundo e terceiro eixos, respectivamente contendo dados obtidos sobre a produção rural alicerçada no trabalho familiar e dados sobre as questões culturais, símbolos, signos e representações.

É sobre o agricultor familiar, no Cerrado goiano, e sua identidade com a terra em que vive e trabalha é que estão associados os questionamentos desta pesquisa. Afinal... a permanência do agricultor familiar no campo ocorre por falta de opção, ou, pode-se afirmar que, o que “prende” o homem ao campo, é sua a identidade com a terra em que ele vive e produz? Como se espacializam essas relações? As características físicas destas pequenas propriedades, sua exploração e a forma como se deu sua ocupação são comuns às famílias pesquisadas? Populações rurais, mais especificamente pequenos produtores rurais residentes às margens de cursos d’água, tem feito parte de minha trajetória profissional ao longo dos dez últimos anos e mantém.

Falar sobre o meio rural não se resume em falar sobre as atividades agrícolas, porém, não há como negar que economicamente tais atividades, sobretudo a pecuária extensiva, definem o espaço pesquisado. A produção rural avaliada em sua dinâmica interna, família – produção – trabalho, e na inserção no mercado, indica a natureza familiar da atividade produtiva e o mundo rural, espaço de vida a ser lido e interpretado, tem na cultura um dos principais fatores para a permanência das famílias em seu território.

## **2 A metodologia utilizada para conhecer a relação estabelecida entre agricultores e território na dimensão cultural do espaço.**

A pesquisa assentou-se na revisão da literatura a respeito da agricultura familiar, ruralidade, território e cultura. Características e definições sobre as unidades familiares de produção rural como unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho vinculam-se à família foram baseadas em Lamarche (1993); Wanderley (2000, 2001); Tedesco (2001) e Abramovay (2007). Sobre território, como um lugar de mediação entre os homens e a sua cultura, foram utilizados os conceitos de Bonnemaïson (2002) e Haesbaert (2002). Quanto à cultura, centrada na perspectiva dos significados, utilizou-se Claval (1999, 2003, 2007) e Corrêa (2003).

Já os dados secundários foram obtidos junto à Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC), mais especificamente dados da “Atualização do Cadastro Socioeconômico – Perfil”. A empresa responsável pela implantação do empreendimento aplicou questionários, de forma censitária, com os proprietários e não-proprietários residentes, entre os meses de abril e junho de 2007. Os dados recentes associados ao fato de que as informações contêm variáveis produtivas, culturais e sociais, tornaram-se rico acervo de pesquisas.

No que se refere à análise dos dados secundários, a primeira etapa do trabalho envolveu a escolha de quais variáveis, constantes das informações disponibilizadas, poderiam atender ao objetivo proposto e quais os recortes seriam aplicados. Na fase seguinte, foi realizada a compilação dos dados escolhidos para que posteriormente pudessem ser analisados, a partir da relação estabelecida entre pequeno produtor familiar rural e território, com abordagem cultural. Destaca-se que as informações fornecidas pela empresa identificam seus proprietários por códigos, referindo-se à margem do rio e às comunidades em que as propriedades se encontram.

Foram analisadas as variáveis que permitiram entender as características físicas das pequenas propriedades, bem como a forma que se deu a história de sua ocupação, as particularidades do modo de vida da população residente e suas referências identitárias, suas ações e percepções do mundo-vivido, aquelas que possibilitaram conhecer a dinâmica social e como se dá a cidadania do homem rural.

Compiladas as informações, considerando a relação estabelecida entre pequeno produtor familiar rural e território a partir de uma abordagem cultural, realizou-se a etapa de trabalhos em campo com aplicação de questionários e registro amostral de imagens marcando o cotidiano do ponto de vista das famílias e seus referenciais materiais e imateriais. Cabe salientar que estes questionários e o registro das imagens foram realizados de forma aleatória nas comunidades identificadas na pesquisa. Foram visitadas pequenas propriedades cujos proprietários residissem,

porém, a identificação dos proprietários unicamente por um código impediu o reconhecimento e o contato direto com as famílias relacionadas no recorte aplicado.

A pesquisa considerou as pequenas propriedades rurais com até quatro módulos (160ha), referência do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), cujos proprietários lá residissem, enfatizando a questão do vínculo com o território. A área pesquisada, entre o eixo da Usina Hidrelétrica Serra do Facão e a divisa entre os municípios de Catalão (GO), Paracatu (MG) e Campo Alegre de Goiás (GO), é de vida e de trabalho, de valores e tradições.

Acredita-se que o conjunto de informações obtido, pelo recorte/amostra escolhido, permite entender o desenvolvimento rural, a realidade atual dos agricultores familiares e sua cultura espacializados no Cerrado goiano.

### **3 A natureza familiar da atividade produtiva às margens do rio São Marcos – Catalão (GO)**

Muito se tem estudado e discutido sobre a produção rural familiar. Estas estruturas, baseadas no trabalho realizado pela família remontam ao regime colonial, quando a ocupação do território brasileiro favoreceu a concentração de terras por meio do regime de sesmarias, da monocultura e do trabalho escravo, estando associadas à concentração de terras e à concentração dos mercados. O pequeno produtor resiste e permanece no campo.

No século XIX, Goiás caracterizava-se por sua economia rural com atividades agrícolas associadas às trocas entre as fazendas da região, por meio de carros de bois e tropas de muares, e pela econômica de subsistência. O gado bovino era a principal fonte de renda. Em decorrência das grandes distâncias e dificuldades para o transporte de mercadorias desenvolveram-se a transformação dos produtos primários em fiação, tecelagem e engenhos de cana de açúcar.

De 1943 a 1953, a Fundação Brasil Central assume a responsabilidade por implantar a política para absorver o excedente da mão-de-obra liberada pela decadência da produção cafeeira, bem como por abrir uma frente de produção agrícola que gerasse alimentos mais baratos para os centros urbanos já em formação. Dentre suas ações estão a criação de Goiânia e a implantação das colônias agrícolas de Goiás e Mato Grosso.

O Sistema Nacional de Crédito Rural, instituído em 1965, permitiu a médios e grandes proprietários rurais o acesso a recursos subsidiados para modernização da agropecuária. Tais recursos oficiais, porém, não atenderam de forma homogênea a todos os produtores rurais, excluindo aqueles pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, parceiros que ficaram impedidos de promover melhorias em suas propriedades e/ou produção. Porém, os produtores familiares adaptam suas estratégias produtivas, agrícolas e não-agrícolas, e permanecem no campo.

Na região Centro-Oeste, a partir de 1970, “o Estado passa a intervir diretamente nas formas de organização da agricultura e na política agrícola, promovendo a modernização do setor.” (MENDES, E. de P. P.; CLEPPS, J., 2006). A indisponibilidade de novas áreas para exploração de soja no sul do país associada aos créditos a baixas taxas de juros tornaram as áreas de Cerrado atraentes para exploração de milho e soja, tornando-o a nova fronteira agrícola à época. A política de modernização agrícola, associada à política de integração do território nacional, provocou alterações significativas na paisagem e na vida daqueles que dependiam das atividades rurais para viver / sobreviver. O agronegócio saiu fortalecido e o meio rural, vinculado às pequenas propriedades, ficou à margem dos benefícios públicos, a elas inacessíveis. Porém, os pequenos produtores rurais mais uma vez não foram eliminados pela expansão do capitalismo no campo.

Na década de 1990 aparecem as mudanças de enfoque de desenvolvimento local para desenvolvimento territorial. Desde então, observam-se diferenças de entendimento e tratamento das questões ligadas ao meio rural, mas também na forma de interpretar sua dinâmica.

Conforme Hespanhol (2007) os estudos elaborados por Lamarche, em 1993, e pela FAO/INCRA, “Perfil da Agricultura Familiar no Brasil” de 1994, demonstraram a importância

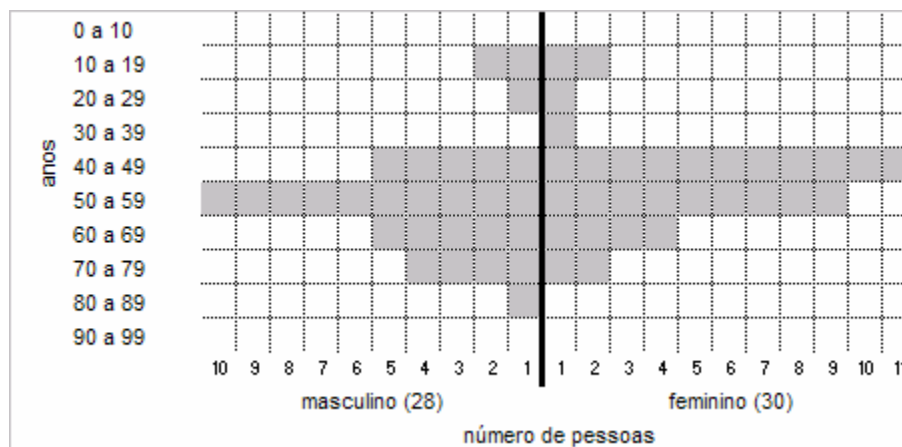
da agricultura familiar na produção para o mercado interno brasileiro bem como para absorção da mão-de-obra rural, o que efetivamente contribuiu para mudanças importantes na forma de ver o campo, adotando-se uma perspectiva territorial, “passando a ser consideradas, pelo menos em tese, as especificidades locais/regionais na formulação de políticas públicas” (HESPANHOL, 2007, p. 275). Todos estes fatores, associados às pressões da sociedade, inclusive do Banco Mundial, interessado em melhorar as condições de subsistência e reprodução dos agricultores familiares brasileiros, contribuíram para que o Governo Federal instituisse, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que permitiu aos agricultores familiares terem acesso, por meio de uma política de créditos, a recursos oficiais a baixas taxas de juros.

A pesquisa se propôs a trabalhar com propriedades caracterizadas como pequenas propriedades familiares, que conforme Mendes (2005)

[...]apresentam centralidade dos meios de produção; trabalho e gestão assegurados diretamente pelos proprietários; ênfase na diversificação da produção de gêneros alimentícios e multiplicidade de atividades; produção para o mercado e para o autoconsumo; valorização dos recursos naturais e culturais; uso do trabalho assalariado complementar; associação dos rendimentos agrícolas e não-agrícolas; subordinação imediata às condições externas, determinando as estratégias de reprodução e área total menor ou igual a quatro módulos fiscais de terra. (MENDES, 2005, p. 21)

Das 213 propriedades ocupando 59248 hectares, que se localizam às margens do rio São Marcos, em Catalão (GO), 29 inseriram-se no recorte proposto para a pesquisa. São propriedades de agricultores familiares que têm no máximo 160 hectares, o equivalente a quatro módulos rurais. Essas 29 propriedades totalizam 1782 hectares ao longo de aproximadamente 70km de rio, entre o eixo da Usina Hidrelétrica Serra do Facão e a divisa entre os municípios de Catalão (GO) e Paracatu (MG), na margem esquerda do rio, e Catalão (GO) e Campo Alegre de Goiás (GO), na margem direita do rio São Marcos.

As 29 famílias de proprietários são compostas por 28 homens e 30 mulheres, como mostra a Figura 1, totalizando 58 pessoas que, quando questionadas quanto a sua principal atividade, 55 apresentaram-se como trabalhadores na área rural, dois como trabalhadores na área urbana e um como inativo. Dos 55 que trabalham na área rural, 26 identificaram-se como proprietários rurais, 27 informaram que trabalham com a família na propriedade e três trabalham prestando serviços em outras propriedades. Os três que afirmaram trabalhar na área urbana apresentaram-se como funcionários públicos (dois) e empregado permanente sem carteira assinada (um).



**Figura 1** – Número de pessoas residentes na área pesquisada, em famílias de proprietários, por idade e sexo (2007). Fonte: SEFAC (2007 - abr./jun., 2007). Org. AGUIAR, M. S. (2008).

Importante destacar que dos 29 proprietários rurais pesquisados, 11, o equivalente a 38% dos proprietários, são aposentados. Confirma-se assim o envelhecimento da população rural e também a caracterização de outras rendas contribuindo para a manutenção das propriedades. Como afirma Tedesco (2001), apesar das dificuldades em conceituar e construir o objeto “agricultura familiar” há elementos comuns que podem ser utilizados para caracterizá-lo: a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, manifestação de valores e tradições em torno da e para a família.

**Tabela 1** – Tipos de equipamentos por família proprietária (2007).

Descrição dos equipamentos	Famílias que possuem equipamentos	Famílias que não possuem equipamentos
Enxada e ferramentas manuais	29	0
Implementos de tração animal	6	21
Plantadeira manual	18	11
Trator e implementos	3	26
Colheitadeira	1	28
Pulverizador costal	20	9
Motoserra	11	18
Carroça ou carretão	8	21
Debulhador de cereais	1	28
Ensiladeira	15	14
Ferramentas de carpintaria	26	3
Outras ferramentas	1	28

Fonte: SEFAC (2007 - abr./jun., 2007). Org. AGUIAR, M. S. (2008).

Quando entrevistadas, 22 das 29 famílias afirmaram estar com a documentação de suas terras definidas, quatro informaram que estão requerendo usucapião, dois informaram que estão em processo de espólio e um caracterizou-se como ocupante. No que se refere aos equipamentos, a Tabela 1 detalha que tipos de equipamentos e quantas famílias os possuem.

Todas as famílias entrevistadas administram suas propriedades e 24 delas são as únicas ocupantes de suas terras. Nas outras cinco propriedades, além das famílias proprietárias, oito famílias de não-proprietários também residem e, dessas, só uma não tem relação de parentesco com os proprietários. Não há crianças, filhos de proprietários, residindo nas propriedades e os quatro filhos mais novos de três proprietários são adolescentes, têm menos de 19 anos, residem na área rural, estudam na área urbana de Catalão (GO) e participam das atividades produtivas em suas propriedades. Os dados da Tabela 2 indicam que todos os não-proprietários residem em cinco imóveis com até 40ha cada, totalizando 64ha.

**Tabela 2** – Famílias proprietárias residentes por número de propriedades e áreas (2007).

Propriedades Áreas	Só proprietários residem - propriedades e áreas (ha)		Proprietários e não proprietários residem - propriedades e áreas (ha)		Total
	Até 40ha	De 40,1 a 160ha	Até 40ha	De 40,1 a 160ha	
Propriedades	8	16	5	0	29
Áreas	148	1.569	64	0	1.781

Fonte: SEFAC (2007 - abr./jun., 2007). Org. AGUIAR, M. S. (2008).

Os dados obtidos na pesquisa ratificam as colocações de Mendes (2005),

dentre os principais problemas verificados na produção rural familiar, no município de Catalão, destacam-se: a desigualdade nos mecanismos de troca, a partir do baixo valor monetário atribuído a seus produtos e alto o preço dos insumos agrícolas; o acesso restrito aos recursos tecnológicos e o limitado investimento de capitais; as elevadas jornadas de trabalho; a fragmentação da propriedade pela herança; a incapacidade de assegurar a todos os membros da família a sobrevivência enquanto produtores rurais; o baixo poder organizacional; a ausência de programas e medidas de amparo efetivo, técnico e financeiro que contemplem as necessidades desse segmento, considerando o seu papel local/regional e, principalmente, as taxas elevadas de migrações e o envelhecimento do produtor rural. (MENDES, 2005, p. 258).

Associando os resultados obtidos às colocações de Abramovay (2007, p.153) ratifica-se a “natureza familiar da atividade produtiva” nas propriedades pesquisadas, caracterizando as 29 famílias como agricultores familiares. Reforçando o tema, Wanderley (2001, p. 23) afirma que “o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho têm conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente”, o que se constata ao longo dos dados obtidos.

Em função das similaridades das características produtivas das propriedades, as características das estruturas de apoio à produção existentes também são similares. Da mesma forma, é comum a utilização de pequenas áreas para produção agrícola e áreas maiores dedicadas à pecuária extensiva, principal atividade da região, com destaque para a produção de queijo minas. Com base nas informações fornecidas pelos proprietários, a região totaliza 1331 cabeças de gado, 279 suínos, 1365 aves e 46 animais de tração. A produção agrícola destina-se totalmente ao consumo próprio e ao dos animais. Dos 1781ha analisados, 1698ha são utilizados com atividades econômicas: 33,50ha com culturas temporárias; cana e café totalizam 15,80ha; a cultura de quintal como são chamadas as hortas e pomares ocupam 25,80ha; os 1622,90 hectares restantes são utilizados com a pecuária.

Falar sobre o meio rural não se resume em falar sobre as atividades agrícolas. Porém, utilizando as colocações de Wanderley (2000, p. 87) não há como negar que a atividade econômica, especificamente, a agrícola real ou simbólica permanece como definidora do espaço rural às margens do rio São Marcos – Catalão (GO), mesmo constatando-se a vulnerabilidade dos agricultores lá residentes.

As características produtivas estão associadas às questões físicas (disponibilidade de água, topografia, acessos, qualidade da terra etc.), já que as propriedades encontram-se num vale, bem como à cultura material e imaterial (materiais e equipamentos utilizados, ritmo de trabalho,

disposição dos cômodos nas casas etc). No caso específico das margens do rio São Marcos, a atividade agrícola familiar é um dos eixos definidores daquele território. Para Mendes (2005), os conhecimentos práticos e não formais são determinantes para as estratégias produtivas e de renda e nos faz questionar as noções de atraso, pobreza, determinismo e funcionalidade.

Além das questões econômicas, sociais e políticas que envolvem as famílias pesquisadas, há outros fatores na vida coletiva que estão associados aos símbolos, aos signos e às representações, à forma como apreendemos o mundo e em como com ele nos comunicamos. As famílias identificam-se com o território, lugar onde vivem e trabalham, onde se apropriam do espaço social e o constroem, seja de forma objetiva e/ou subjetiva.

### **3 O território às margens do rio São Marcos – Catalão (GO): produtores familiares e cultura**

Cada indivíduo é único e vive a vida a seu modo, com seus sonhos, sentimentos, afetividades e interpreta os acontecimentos com base nas suas perspectivas e experiências. A produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida, uma rede de significados e sentidos decorrentes da história e da cultura, que criam identidade.

A região, espacialmente no início do século XX, caracterizava-se pela concentração de terras dedicadas a pecuária extensiva, pela vida rural em relação à vida urbana e pelo isolamento da população concentrada unicamente em grandes fazendas onde eram comercializados os excedentes de produção, que passaram a substituir o café, algodão, açúcar, arroz, aguardente e trigo, anteriormente trazidos de outras regiões. Os grandes proprietários exerciam o poder local, e para eles era destinada toda a renda da produção. Seus agregados eram remunerados com crias de gado que muitas vezes utilizavam como moeda para quitar as despesas realizadas nos armazéns das fazendas.

O Centro-Oeste, distante dos pólos mercantis, beneficia-se no final no século XIX com a chegada dos trilhos, da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, até a divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Apesar das obras terem sido interrompidas, em 1896, no município de Araguari (MG), no início do século XX lideranças políticas de Goiás conseguem a concessão para a criação da Companhia Estrada de Ferro Goiás (E. F. Goiás) que, conectada à Estrada de Ferro Mogiana, em Araguari, propiciaria a troca de produtos goianos, como carne e arroz, por produtos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A ferrovia torna-se o centro integrador com o centro-sul facilitando inclusive a instalação de linhas de telefones e telégrafos. Sua implantação incentivou também a criação de agroindústrias como charqueadas, fábricas de banha e grandes máquinas de beneficiamento de arroz.

Até a década de 1930 o sudeste goiano era considerado como a região economicamente mais próspera do Estado de Goiás em decorrência da presença da estrada de ferro. Também em função dela, grande número de migrantes estrangeiros, árabes, espanhóis e italianos, acabaram permanecendo na região. Alguns dedicados ao comércio, outros vindos em busca de terras para agricultura e outros, que trabalharam em sua construção acabaram fixando-se na região.

A partir da segunda metade da década de 1950 e, mais intensamente após os anos 1970, expandem-se as rodovias, a geração/distribuição de energia, além de incentivos fiscais e crédito para utilização das áreas do Cerrado provocando transformações. Pode-se considerar como as mais significativas a realização de melhorias em pastagens e a substituição de pastagens naturais por pastagens plantadas, bem como a modernização agrícola quando a região atraía produtores de soja.

Analisar a relação homem e espaço pela abordagem da Geografia Cultural é “reconhecer que ao lado das lógicas econômicas, sociais ou políticas em ação na vida coletiva, existem outras que dizem respeito às particularidades dos sistemas de representação, dos signos e dos símbolos pelos quais apreendemos o mundo e conseguimos nos comunicar” (CLAVAL, 1999, p. 136).

No que se refere às especificidades, significados e representações do ponto de vista do espaço vivido e percebido, pode-se afirmar que similaridades ocorreram, entre as famílias analisadas, no modo de vida dessas famílias associadas ao espaço onde se realizam atividades

econômicas, culturais, sociais, religiosas, ecológicas, à forma do exercício da cidadania, à dinâmica social e às formas de integração com o conjunto da sociedade. Bonnemaison (2002, p. 66), corrobora afirmando que o território é essencialmente o lugar de mediação entre os homens e a sua cultura e que “é pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço.”

A pesquisa constata similaridade quanto à localização das casas e currais das propriedades, no padrão construtivo das benfeitorias, arquitetura, na similaridade das dimensões e dos materiais construtivos (Figura 2). O número médio de cômodos nas residências é de sete e a casa padrão possui uma sala, três quartos, a cozinha faz parte da casa e a varanda é considerada anexa. O forno a lenha é comum a praticamente todas as propriedades, o mesmo já não acontece com os equipamentos como freezer e batedeira. Setenta e cinco por cento (75%) das propriedades possuem antenas parabólicas, ferros elétricos, liquidificador e fogão a gás.

Qualquer sinal da ação humana numa paisagem implica uma cultura, demanda uma história, e exige uma interpretação ecológica; a história de qualquer povo evoca a sua fixação numa paisagem, seus problemas ecológicos e concomitantes culturais; e o reconhecimento de uma cultura exige a descoberta de traços que a mesma deixou na superfície terrestre. (WAGNER e MIKESSELL, 2003, p. 50)



**Figura 2:** Residência no vale do rio São Marcos. Fonte: SEFAC (2007).

No que se refere aos meios de comunicação, o rádio é o mais utilizado. Das 29 famílias, 27 possuem rádio e escutam diariamente em diferentes horários, sobretudo pela manhã. A televisão também está presente em 20 das 29 famílias. Ninguém lê revistas ou jornais e só uma das famílias possui computador e impressora, porém não tem internet. O fato de tão poucas pessoas terem acesso a revistas ou jornais pode ser parcialmente explicado pela baixa escolaridade na região. Os dados obtidos indicam que 57% da população residente não possui o ensino fundamental completo, sete pessoas são analfabetas e três possuem superior completo. Identificou-se que há uma pessoa judicialmente incapaz, um deficiente físico e dois alcoolistas.

As heranças culturais estão presentes nas soluções caseiras para as questões de saúde. Cinquenta por cento das 29 famílias utilizam remédios, ervas, “garrafadas”, quando há problemas de saúde a serem resolvidos. Há também de se destacar a religiosidade, cujas atividades são realizadas em diversos pontos ao longo do trecho estudado ou na sede do



município de Catalão. Pode-se afirmar que todas as famílias são praticantes: 22 são católicas, quatro são evangélicas e duas são de outras religiões.

A importância dos acessos permanece e justifica-se, já que a distância das propriedades à sede do município varia de 30 a 120km. Das 29 famílias entrevistadas, 15 dependem das linhas de ônibus para se deslocar, uma utiliza o transporte escolar e 13 possuem carro próprio. Das 29 famílias entrevistadas, 27 não sabiam informar o nome da empresa que faz o transporte coletivo e só três sabiam o nome do motorista que opera a linha.



**Figura 3:** Ponto de travessia do rio São Marcos. Balsa do “Mané Soto”. Fonte: SEFAC (2007).

Marc Augé (1992, p. 73) afirma que “os lugares são relacionais, identitários e históricos”. O rio São Marcos enquadra-se exatamente neste conceito, sendo a principal referência identitária da região estudada. Não só por ser um marco físico na região mas porque, como demonstram os dados da Tabela 3, ele é utilizado para dessedentação dos animais e para pesca não profissional. Seus pontos de travessia – a “Ponte das Carapinas”, a “Balsa Porto Pacheco” e a “Balsa do Mané Soto” (Figura 3) – também são marcos, com destaque para “Ponte das Carapinas”.

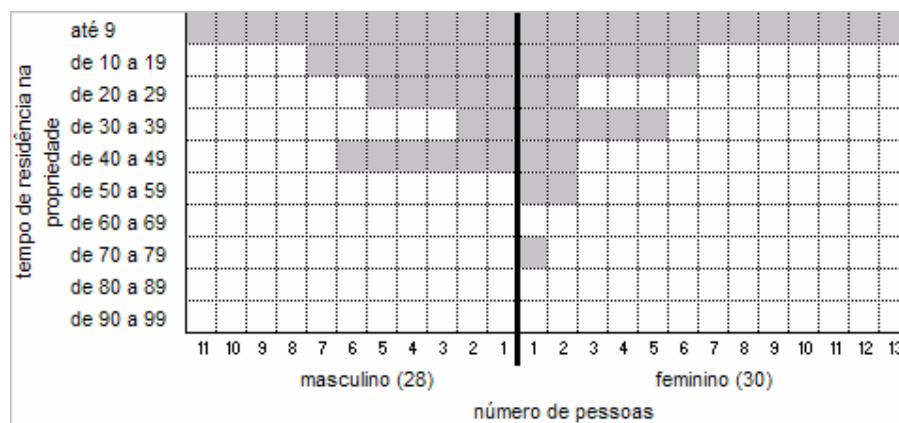
**Tabela 3** – Atividades associadas ao rio São Marcos (2007).

Atividades	Sim	Não
Uso doméstico	9	19
Pesca para consumo próprio	21	8
Água para animais	22	7
Lazer	2	27
Irrigação	0	29
Extrativismo	0	29

Fonte: SEFAC (2007 - abr./jun., 2007). Org. AGUIAR, M. S. (2008).

Na área recortada, exceto a comunidade de Anta Gorda, as demais comunidades não possuem nenhuma estrutura edificada. Naquela há um núcleo comunitário composto por uma estrutura simples, que é utilizada para festas, reuniões e atividades religiosas. As identidades e as referências são decorrentes dos nomes das antigas fazendas da região que, subdivididas seguidamente, deram origem às fazendas atuais.

Os proprietários, quando perguntados “de onde você é?” respondem “sou da fazenda [...]” ou simplesmente “da [...]” e, a seguir, o nome da fazenda. Entre as 29 propriedades que compõem a pesquisa, foram identificados moradores das Fazendas Mata Velha (um), Pires (sete) e Forquilha (cinco), na margem direita do rio São Marcos e, na margem esquerda, Fazendas Barreiro (nove), Anta Gorda (quatro) e Paulistas (três). É importante destacar que dois destes proprietários residentes analisados foram líderes da comunidade de “Anta Gorda”.



**Figura 4** – Número de pessoas residentes (proprietárias) nas propriedades pesquisadas, por tempo de residência e sexo (2007). Fonte: SEFAC (2007 - abr./jun., 2007). Org. AGUIAR, M. S. (2008).

Quando os 29 pequenos proprietários rurais foram perguntados se teriam vendido suas propriedades caso tivessem tido oportunidade, só três responderam que sim. Um para mudar de atividade, um para mudar para a área urbana e outro continuaria na área rural, porém buscaria uma melhor localização do novo imóvel em relação aos acessos.

Quando questionados se mudariam de município, 27 responderam que não. Talvez esta relação com o território explique-se pelo tempo em que lá residem (ver Figura 4), já que mais de 21% dos residentes estão em suas propriedades há mais de 30 anos.

A dinâmica social dessa população é marcada pelo convívio entre vizinhos e famílias. Ao serem perguntadas a respeito de quais atividades realizam em suas horas de lazer, 90% das famílias informaram que visitam amigos e familiares, o que só vem ratificar as colocações de Wanderley (2001, p.28) de que a sociabilidade define a sociedade rural como uma “sociedade de interconhecimento” que muitas vezes supera os laços familiares e de parentesco.

Utilizando as colocações de Wanderley (2000, p. 87), não há como negar que a atividade econômica, especificamente a agrícola, real ou simbólica, permanece como definidora do espaço rural às margens do rio São Marcos, Catalão (GO), mesmo constatando-se a vulnerabilidade dos agricultores lá residentes. Colocações também de Wanderley (2001) reforçam que a agricultura camponesa faz, do seu território, lugar de vida e de trabalho, desenvolvendo uma sociabilidade específica que ultrapassa os laços familiares e de parentesco.

#### 4 Considerações Finais

Considerando a espaçotemporalidade, pensar em como o homem se apropria do espaço social e o constrói, seja de forma objetiva e/ou de forma subjetiva, implica pensar em território.

Depreende-se que o pequeno produtor rural residente às margens do rio São Marcos, apesar de todas as adversidades encontradas para a realização da sua vida e seu trabalho no campo, lá permanece porque com a terra se identifica, nela se reconhece, nela pratica suas relações sociais e produtivas. Não obstante, verificaram-se alguns problemas associados à pequena propriedade rural familiar na economia brasileira: as questões do envelhecimento da população rural, a produção para consumo e do excedente para comercialização, a baixa utilização de maquinários, a baixa tecnologia empregada na produção.

No que se refere às especificidades, significados e representações do ponto de vista do espaço vivido e percebido pode-se afirmar que similaridades ocorreram no modo de vida das famílias analisadas, no espaço onde se realizam atividades econômicas, culturais, sociais, religiosas, ecológicas, na forma do exercício da cidadania, na dinâmica social e nas formas de integração com o conjunto da sociedade.

A vida dos produtores rurais pesquisados reflete a tradição e as expectativas criadas para o futuro. Associado à grande capacidade de adaptação destas famílias, o binômio “tradição – futuro” os faz enfrentar adversidades, sejam elas climáticas, econômicas, financeiras, políticas ou sociais.

Em breve alguns destes proprietários e suas famílias, que vivem e trabalham em áreas rurais às margens do rio São Marcos, terão que deixá-las para um recomeço em uma nova propriedade escolhida por eles (desterritorialização/reterritorialização). E, com base na pesquisa realizada, pode-se depreender que estes pequenos proprietários rurais vão manter o seu modo de vida, suas atividades produtivas, continuando como proprietários rurais e recorrendo à experiência, ao senso comum, ao seu aprendizado fruto da história e memória familiar, o que lhes permitirá manter suas atividades, sua produção e seu modo de vida.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo em questão**. São Paulo: Edusp, 2007. 294 p.
- AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994. 110 p.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia cultural**: um século. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p. 83-131.
- CARLOS, A. F. A. O consumo do espaço. In: CARLOS, A. F. A (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 173-186.
- \_\_\_\_\_. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 150 p.
- CLAVAL, P. Campo e perspectivas da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 147-166.
- \_\_\_\_\_. **Geografia Cultural**. Florianópolis: EDUFSC, 2007. 453 p.
- \_\_\_\_\_. A geografia cultural: o estado da arte. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 59-97.
- CORRÊA, R. L. A geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 167-186.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu, 2007. 220 p.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto; 2002. 186 p.

HESPANHOL, A. N. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, B. M., MARQUES, M. I. M., SUZUKI, J.C. (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão, 2007. p. 271-287.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993. v. 1, 336 p. (Coleção Repertórios).

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão (GO)**. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENDES, E. de P. P., CLEPPS, J. As transformações socioespaciais de Goiás: a incorporação de Goiás ao processo produtivo nacional (do século XVIII ao XX). **Espaço em Revista**, Catalão, (1): jan/dez., p. 33-51, 2005/2006.

MIKESELL, M. W.; WAGNER, P. L. Os temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 27-61.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP; 2005. 170 p.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EDUSP, 2007. 90 p.

SAUER, C. O. Geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 19-26.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004. 218 p.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 11-17.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145. 2000.

\_\_\_\_\_. Razões históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.